

Projeto Ético-político do Serviço Social: a passagem do âmbito da possibilidade ao âmbito da efetividade

Cláudia Mônica dos Santos

Discente: Janaina Meneguelli

Início: agosto de 2013.

Objeto: “Projeto Ético-político da Profissão” e a intervenção profissional do Assistente Social.

Objetivo Geral: Conhecer os determinantes estruturais, ideológicos, políticos e valorativos que condicionam a consciência dos assistentes sociais frente ao projeto ético-político da profissão e sua efetivação.

Procedimentos Metodológicos: Esse estudo, necessariamente, tem duas direções que se complementam:

- 1- O aprofundamento sobre o projeto ético-político da profissão, partindo do debate teórico de base marxista sobre emancipação política e emancipação humana e sobre as mediações que interpõem a passagem da finalidade ideal à efetividade real, partindo do suposto que os valores têm um papel predominante uma vez que é a partir deles que as diferentes escolhas necessárias à efetividade da ação são feitas.
- 2- Pesquisa de campo junto aos Assistentes Sociais da área da infância e juventude e área sócio-jurídica, tendo em vista, ser esta uma área em expansão no Serviço Social. Constituímos um grupo de 09 profissionais: 02 do Tribunal de Justiça de MG; 02 do Programa Se Liga (adolescentes egressos de medida socioeducativa), 03 do CEAPA/PRESP (centro de prevenção à criminalidade); 01 das Aldeias Infantis SOS e 01 do Programa de Acolhimento Institucional para crianças (Lar de Laura).

1. Introdução

Segundo Netto, dentre os projetos coletivos estão aqueles relacionados à profissão. Eles supõem uma formação teórica ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico. Usando das palavras do autor:

“Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas.”

Porém, os projetos profissionais são impensáveis se não o remetermos aos projetos societários. Dessa forma, os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, podendo ser transformadores ou conservadores.

“Segundo Netto, os projetos societários são aqueles que apresentam uma imagem da sociedade que se quer construir, que contam com determinados valores para justificar sua construção e meios para

concretizá-la. São projetos coletivos, onde suas propostas são voltadas para o conjunto da sociedade. Porém, há concorrência entre diferentes projetos societários e, na realidade em que vivemos, os projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas contam sempre com condições menos favoráveis diante dos projetos das classes possuidoras e dominantes.”

Tanto os projetos societários quanto os projetos coletivos vinculam-se a práticas e atividades variadas da sociedade. Ou seja, são as próprias práticas e atividades que determinam a constituição dos projetos em si e, todas as formas de prática, em uma sociedade de classes, envolvem interesses sociais. Ou seja, em uma sociedade de classes, toda prática possui um caráter político. Dessa forma, podemos dizer que, todo projeto, numa sociedade classista, tem uma dimensão política.

Ou seja, os projetos profissionais possuem uma dimensão política. Porém, no que diz respeito à valoração da ética, essa vai além do projeto profissional. Como nos diz Netto, os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrições de direitos e deveres, mas envolvem escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais. Daí os chamados projetos ético-políticos, que revelam que, a ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional.

Em suma, os projetos profissionais além de possuírem uma dimensão política e estarem vinculados a um determinado projeto societário, necessitam que sua dimensão ética e política estejam em “sintonia” com a prática profissional.

2. Projeto Ético-Político do Serviço Social

O projeto ético-político hegemônico na profissão está vinculado a um projeto de transformação da sociedade, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. Porém, segundo Neves (2003), é necessário analisar como a categoria profissional vem se apropriando deste princípio, vista a impossibilidade dessa transformação social ser posta exclusivamente no horizonte do exercício profissional.

Ele tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a liberdade como possibilidade de escolher entre alternativas. Um compromisso com a autonomia, com a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. A dimensão política do projeto é a favor da equidade e justiça social, na perspectiva de universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania, visando à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Do ponto de vista profissional, o projeto implica

o compromisso com a competência, tendo como base o aprimoramento intelectual do assistente social. Devendo este investir em sua (auto) formação permanente, assim como, adotar uma postura investigativa. O projeto ético-político do Serviço Social prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais, onde estes devem se comprometer com a qualidade dos serviços prestados à população, assim como, com a publicização dos recursos institucionais e também, abrir as decisões à participação dos usuários.

Os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social são:

- a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- a matriz teórico-metodológica em que ele se ancora;
- a crítica à ordem social vigente;
- as lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria.

Todos esses elementos constitutivos têm em sua base os componentes que lhe dão materialidade. São eles:

- a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional;
- as instâncias político-organizativas da profissão, que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão. Como o CFESS/CRESS, a ENESSO e a ABEPSS;
- a dimensão jurídico-político da profissão, na qual se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis, resoluções e documentos. Como o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão, as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, a Lei Orgânica da Saúde, a Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

São esses instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, que vão além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las também.

Porém, isso não quer dizer que o projeto ético-político se efetiva integralmente na realidade. Pois ele é uma projeção coletiva dos assistentes sociais e, o que projetamos no âmbito ideal é sempre distinto do resultado prático. Ou seja, o resultado daquilo que projetamos se difere daquilo que prevíamos em nossa consciência. Isso se dá, pois a realidade objetiva é diferente do plano objetivo e, também, devido ao fato de que não controlamos todos os aspectos que incidem sobre a realidade, ou seja, sua transformação não depende apenas de nossos atos e nossas ações.

Outro aspecto que se deve considerar é que, o projeto ético-político possui determinados elementos e princípios constitutivos já citados anteriormente, como a igualdade, liberdade, democracia, luta contra iniquidades, etc.. Porém, esses valores vão de encontro com a sociedade em que vivemos, mas isso não deve nos levar a pensar que o projeto profissional é apenas um idealismo. Pois, a partir das contradições de classes existentes e que determinam a profissão, os assistentes sociais podem escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais, definir rumos para sua atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos éticos e políticos profissionais. Mas, para isso é preciso ter clareza para não cair no messianismo e nem no fatalismo.

Frequentemente, em seu exercício profissional, o assistente social fica restrito ao atendimento de demandas institucionais e sua intervenção se dá apenas na adoção de procedimentos formais, legais e burocráticos. Dessa forma, torna-se necessário que, pela via do conhecimento teórico, ele escolha conscientemente, por valores universais, por uma direção política, que vá além da cotidianidade.

Um projeto com dimensões críticas, ao tratar da ética, engendra uma reflexão sobre a moral dominante e permite questionar os preconceitos, as verdades estereotipadas, o senso comum e as superstições existentes. Ao se referenciar por um aporte teórico-metodológico crítico, o projeto profissional oferece uma análise concreta das situações concretas.

Por se deter no âmbito da projeção, o projeto profissional requisita o conhecimento da realidade, o conhecimento dos meios e modos de sua utilização, o conhecimento da prática acumulada em forma de teoria, e contribui para o estabelecimento das finalidades que se pretende atingir. Ele indica ações profissionais adequadas, ao esclarecer os objetivos, as possibilidades e as forças sociais participantes. Dessa forma, ele permite que o assistente social apreenda os fundamentos de sua intervenção e busque, conscientemente, meios para alterar as circunstâncias que põe obstáculos à intervenção profissional.

Direcionar-se pelo Projeto Ético-Política do Serviço Social não se limita a um discurso de defesa da igualdade, liberdade, democracia, luta contra iniquidades e crítica à exploração vigente na sociedade capitalista, mas sim, que todas as diretrizes e princípios aqui explicitados se façam presentes na intervenção profissional. Ou seja, que se materializem na prática do assistente social e não fiquem restritos ao discurso. Pois, como nos diz Neves (2003):

“Dada a carência de rigor com que vem sendo apropriada a natureza e a estrutura do Serviço Social e suas atuais funções sociais na dinâmica de administração da questão social própria do capitalismo, os componentes ideopolíticos presentes no trabalho profissional vêm

progressivamente se autonomizando das práticas dos assistentes sociais e estes desenvolvem, assim, um discurso progressista de si, do trabalho e da sociedade, mas reproduzem uma intervenção conservadora”.

Segundo Behring e Boschetti (2006), o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social e, ao reafirmar direitos e políticas sociais no âmbito do capitalismo e lutar por eles, tendo como projeto uma sociedade justa e igualitária, não significa contentar-se com os direitos nos marcos do capitalismo. Dessa forma, um desafio posto é articular forças e construir alianças estratégicas para a construção de uma sociedade justa, fraterna e igual. Para isso, devemos reconhecer os limites dados pela estrutura econômica capitalista, mas também, acreditar que todas as coisas e ideias se movem, se transformam, se desenvolvem, porque são processos.

Para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, durante o período de agosto/2013 a julho/2014, aprofundamos sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Para isso, detemo-nos, primeiramente, a aprofundar o estudo acerca dos projetos profissionais e, para isso, utilizamos os estudos de Netto, que nos diz que:

“os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas.” (NETTO, 1999, p. 95)

Posteriormente, através de encontros periódicos, realizados às sextas feiras no período da tarde, foram indicadas algumas bibliografias para estudo acerca do tema. Dentre essas, se encontram: “Seguridade Social e Projeto Ético-Político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?” da autora Ivanete Boschetti (2004) e, segundo a mesma, o texto problematiza a relação entre Serviço Social e seguridade social tendo como parâmetro o Projeto Ético-Político forjado pela profissão nas últimas décadas; “O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional” de Yolanda Guerra (2007), que tem por objetivo indicar o âmbito da possibilidade e da efetividade do projeto profissional não apenas competente, mas comprometido com o enfrentamento da barbárie do capitalismo; “Projeto Ético-Político e a Política de Assistência: a centralidade da luta pela afirmação dos direitos” de Mavi Pacheco Rodrigues (2007), que trata o significado da ruptura com o passado da profissão através do Projeto Ético-Político, e a sintonia desse projeto profissional com as conquistas registradas no campo da

legislação social brasileira, em especial a da assistência; “O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada” também da autora Mavi Pacheco Rodrigues (2012), que tem como propósito assinalar, trinta anos após o Congresso da Virada, as principais alterações operadas nas requisições de exercício profissional e os seus impactos na cultura que o Serviço Social engendrou no processo de ruptura com o conservadorismo; “Do Congresso da Virada ao Projeto Ético-Político: a maturação da intenção de ruptura” de Adrianyce A. Silva de Sousa e Daniela Neves (2012), que visa retomar a discussão da chamada vertente teórico-metodológica de intenção de ruptura no Serviço Social, que marca o movimento de renovação crítica do Serviço Social brasileiro e determina os contornos do que é o atual Projeto Ético-Político da profissão; “Serviço Social Contemporâneo: balanço de alguns debates” da autora Daniela Neves (2013), que apresenta um balanço de debates importantes na produção teórica do Serviço Social, como: democracia, política social, questão social e projeto ético-político profissional; e “Projeto Ético-Político do Serviço Social e Política Social” de Elaine Rosseti Behring e Ivanete Boschetti (2006), que trazem algumas considerações acerca do sentido do debate da política social para o que se costumou chamar nos anos 1990 de Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro.

Após o estudo das bibliografias supracitadas, buscamos desenvolver a segunda etapa da pesquisa que, segundo Santos (2013), consiste:

“no contato com Assistentes Sociais que estão na intervenção direta com a população, no sentido de apreender as características dos agentes que historicamente vêm compondo essa profissão no que se refere a sua herança cultural, seus valores, seus compromissos teóricos, suas condições econômicas, socioculturais e políticas, preconceitos e sentimentos, suas consciências”.

Para isso, realizamos uma reunião na Faculdade de Serviço Social da UFJF com algumas Assistentes Sociais que participam do referido Curso de Especialização e, utilizando de um resumo do projeto de pesquisa, apresentado via slides, propomos a participação das mesmas em um grupo focal.

A partir da apresentação da síntese do projeto às profissionais, cinco delas se interessaram em participar. Dessa forma, com a renovação do projeto, concedida em agosto/2014, poderemos desenvolver esse grupo focal, a fim de cumprir com o objetivo geral proposto pelo projeto de pesquisa, que é “conhecer os determinantes estruturais, ideológicos, políticos e valorativos que condicionam a consciências dos Assistentes Sociais frente ao Projeto Ético-Político da profissão e sua efetivação” (Santos 2013). Os encontros serão realizados em datas a serem combinadas, devendo ter seu início no mês de setembro/2014.